

Heitor Megale*

Todo pesquisador que, por dever de ofício, vive debruçado sobre manuscritos medievais, em busca da lição autêntica, sabe que tem pela frente, para além do testemunho que decifra, toda a força de uma tradição direta e indireta, muito freqüentemente com longo percurso posterior ao surgimento da imprensa. Ora, os filólogos de todos os tempos são unânimes em identificar esse longo percurso em que se multiplicam os testemunhos como fator de corrupção inevitável na cadeia de transmissão do texto (Houaiss, 1967, 200 e Spina, 1977, 80). Em conseqüência do quê, adquiriu *status* de aforismo a afirmação segundo a qual a Filologia é a ciência que se baseia no erro. Um texto que não apresenta problemas afasta a possibilidade de trabalho filológico e, se há mais de um testemunho, não havendo discordância entre eles, novamente torna-se desnecessário o trabalho filológico. Se esse aforismo fez escola, terá atendido a princípios oitocentistas, quando os critérios de estabelecimento de um texto permitiam níveis de uniformização na ortografia, na pontuação, na paragrafação, na fonologia, na morfologia, na ordem dos constituintes, na sintaxe e, por vezes, na escolha de uma forma entre as várias que o manuscrito pudesse registrar, sem esquecer a prática do expurgo, que gerava cópias ou edições *ad usum delphini*. Enquanto o trabalho de edição se fazia com vistas a se conseguir um texto acessível que não apresentas-

(*) Aula Magna do Concurso de Titular em Filologia e Língua Portuguesa na Universidade de São Paulo

se dificuldades para o leitor, o estudo do tempo e do espaço em que surgiu o texto, “manifestação típica da vida de um povo” (Vasconcellos, 1911, 8), esgotava-se com recursos que hoje se distribuem com muito maior benefício, entre diversas outras ciências.

Há bastante tempo, felizmente, a busca de melhores critérios veio minando a escola daquele aforismo. Não há a menor dificuldade em se elencar trabalhos que investiram na reversão daquele quadro, particularmente em língua portuguesa. Certamente não haveria quem discordasse em se apontar a edição das *Cantigas d’escarnho e de maldizer* (Lapa, 1965), lentamente levada a cabo com rigor por Manuel Rodrigues Lapa, como um trabalho que se distancia daqueles critérios e aponta na direção do trabalho que hoje se faz. No opúsculo *Defesa da edição crítica de Fernando Pessoa* (Berardinelli e Castro, 1993, 39), está lembrado como Lindley Cintra, nos anos de 1962 e 1963, utilizava com seus alunos de curso provas tipográficas para devolver comentários e sugestões de revisão ao autor, ainda exilado no Brasil. Seria fácil multiplicar os exemplos, se o propósito desta aula fosse fazer história da Filologia Portuguesa. Mas o objetivo hoje é outro. Visto que o trabalho filológico tomou novos contornos, pretende-se examinar esses parâmetros e levantar as causas e os efeitos do novo trabalho filológico.

Talvez um pouco ousadamente, contesta-se de início o aforismo. A Filologia não é a ciência que se baseia no erro. Assim, tanto constituem objeto de estudo filológico textos que apresentam problemas como aqueles que não os tenham, tanto interessam à Filologia manuscritos originais autógrafos como os apógrafos, apresentem ou não problemas. Não se exclui de forma alguma a possibilidade de trabalho filológico diante de qualquer cópia, ainda que, até sua descoberta, tenha se esgotado toda uma tradição geradora de uma edição respeitável. Seria mesmo possível que essa cópia tardia, ou apenas tardiamente conhecida, pudesse reverter toda aquela tradição. Tanto é objeto de trabalho filológico o texto

literário de autor consagrado quanto o documento jurídico, notarial, cível ou do crime, toda a documentação oficial, como a particular, dentro dessa, por exemplo, cartas pessoais têm um interesse muito especial. Lindley Cintra é editor da *Cronica Geral da Espanha* (Cintra, 1951-1990), editor de textos jurídicos como *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo* (Cintra, 1959), que foi objeto de dissertação de mestrado de Márcia Gamboa (Gamboa, 1995), de documentos cartorários, tendo feito a melhor edição de *Noticia de torto* (Cintra, 1991). Além desses trabalhos filológicos, Lindley Cintra fez *Estudos de Dialectologia Portuguesa* (Cintra, 1983), assim como, entre nós, Celso Cunha, além da edição do *Cancioneiro de Joam Zorro* (Cunha, 1949), foi um dos criadores do Projeto NURC. O hábito de se fazer apenas edição crítica de monumentos literários certamente acaba sendo um dos componentes das causas de se construir uma gramática de uma língua que se torna abstração ou mais precisamente talvez, uma gramática que é freqüentemente uma abstração, visto que seus critérios de normatização remontam a textos de fases da História da Língua em que talvez só mesmo aquele escritor que propicia a abonação de uma norma tenha escrito daquela maneira. E a língua continua contando sua história, sem que nem mesmo os melhores escritores se utilizem daquela norma que a gramática vem repetindo. Ora, a língua é de muito maior número de usuários do que o seletivo grupo de escritores. Portanto, é objeto de trabalho filológico a edição de cartas pessoais, ainda que não caligraficamente redigidas, ainda que o suporte seja um papel inferior ou nada apropriado para ter recebido aquele texto. Que o diga Rita Marquilhas com seu projeto de 'mãos inábeis' (Marquilhas, 1996). O interesse que despertam cartas e documentos que mãos ditas inábeis tenham escrito advém da especificidade do banco de dados que seu texto apresenta, tão ignorados pelos autores das gramáticas esses dados que, não raro, constituem surpresa para os pesquisadores. É inegável que uma carta de um escritor tem muito menos oportunidade de apresentar surpresas do que aquela de um cidadão

com instrução média ou abaixo da média. E para o estudo da História da Língua essas surpresas são os dados que faltavam. A transcrição de uma entrevista de um septuagenário analfabeto tem o mesmo mérito que o da transcrição da conferência de um acadêmico, valendo ainda considerar que aquela entrevista tem muito maior probabilidade de oferecer dados lingüísticos interessantes e também extralingüísticos do que essa conferência. Sem contar que, certamente, exigirá mais repetições da gravação para se conseguir transcrição fidedigna.

Tal perspectiva desdobra-se em corolários entre os quais se passa a destacar aquele que conduz ao reconhecimento de que tanto é trabalho filológico a edição crítica resultante de *collatio* de todos os testemunhos, como o é a edição individual de cada testemunho. Quem já consultou uma edição crítica sabe que as variantes dos testemunhos, que não o texto-base, constituem o aparato crítico, salvo aquelas dos *codices descripti*, pela redundância em que incorreriam. No aparato, preciosas indicações praticamente desaparecem. Habitualmente, o leitor verifica a variante isolada diante do lema, o que o impede de avaliar toda a contextualização, em suas implicações sintáticas. O exame de alguns casos específicos há de nos mostrar os fundamentos da perspectiva dos novos contornos que o trabalho filológico tomou. Os exemplos são buscados em testemunhos de textos medievais portugueses. Quando o mesmo texto é veiculado em dois testemunhos, como é o caso do *Castello Perigozo* e do *Livro de Isaac*, as divergências podem constituir dados lingüísticos relevantes; quando se trata de testemunho único, interessam as diversas formas de ocorrências que o mesmo vocábulo assume, no caso específico da *Demanda do Santo Graal*, como o testemunho único conservado é do século XV e a tradução da Post-Vulgata Arturiana, de que esse texto é a última parte, vem do século XIII, ocorrências dessa natureza acabam se tornando preciosa documentação de todo um processo de substituição de formas, em andamento, o que equivale a dizer: torna acessí-

vel todo o processo de variação e mudança, na medida em que disponibiliza para o pesquisador a percepção de camadas linguísticas que se sucedem entre o XIII e o XV.

Há dois testemunhos do *Castello Perigozo*, ambos são códices alcobacenses do século XV, o 199, *olim* 276 e o 214, *olim* 275. Fez edição crítica de alguns dos Tratados do *Castello Perigozo* João Antônio de Santana Neto (1997). Além do texto semidiplomático, depois solicitado pela Universidade Nova de Lisboa para compor seu banco de textos medievais, João Santana Neto procedeu a uma leitura interpretativa do texto. Os trabalhos anteriores são de Augusto Magne (1946) e de Nuno Júdice (1986). Também do *Livro de Isaac* há dois testemunhos, um é o códice alcobacense do século XV, ANTT, Lisboa, sob a cota 461, *olim* 771, *olim* 270; o outro é um códice da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O códice de Lisboa está sendo editado por César Nardelli Cambraia, e o do Rio já o foi por Ronaldo Menegaz (1994), tendo sido impresso pela Fundação Biblioteca Nacional. Da *Demanda do Santo Graal* é testemunho único o códice 2594 da Biblioteca Nacional de Viena.

Com transcrição diretamente dessas fontes primárias, quando necessário, acompanhadas de uma ou mais edições, buscam-se passagens que pretendem fazer um percurso pelos aspectos lexical, fonológico, morfológico e sintático, com o objetivo já revelado de identificar os parâmetros e levantar as causas e os efeitos do novo trabalho filológico. Espera-se que os dados propiciem uma conclusão a respeito.

Examinam-se exemplos que põem em destaque, para além das vertentes diatópica, diastrática e diafásica, em alguns casos, a sinonímia, que não deixa também de revelar uma variação do saber, não apenas linguístico, mas do saber, em todo seu conjunto de conhecimentos que os diversos testemunhos transmitem.

Esguarda opreço de que foy conprada (Cod. Alc. 199, *olim* 276, fol. 33v., 10)

Olha o preço de que ffoi conprada (Cod. Alc. 214, *olim* 275, fol. 24v., 8)

Percebe-se que o verbo ‘esguardar’ que, segundo Duarte Nunes de Leão (1864, 70-72), já fazia parte dos “vocábulos antigos portugueses que se achão em scripturas”, foi simplesmente traduzido pelo novo copista.

E xuguauom daquelle que he uerdadeira sabedoria de deus
(Cod. Alc. 199, *olim* 276, fol. 34v., 1)

ezonbauã da quelle que he uerdadeira sabedoria de deus
(Cod. Alc. 214, *olim* 275, fol. 24v., 38)

Trata-se, muito seguramente, do verbo ‘chufar’, que freqüenta os textos medievais; ocorre, por exemplo, na *Demanda do Santo Graal*, em Joam de Guilhade, nas *Cantigas de Santa Maria*. Pode-se dizer que a tradução que lhe aplica o novo copista, com ‘zombar’, garante a correção que cabe ao registro ‘xuguauom’.

Essam paulo *que* ja fora racto no parayso disse eu nom me guabo que aja cobrado *oque* deseio mes uou sempre por acallçar ogualardõ (Cod. Alc. 199, *olim* 276, fol. 52r., 19-21)

Essam paulo que jafora arrebatado no parayso disse eu nõ me guabo que aja cobrado hoque deseio mas uou senpre por alcâçar o gualardam (Cod. Alc. 214, *olim* 275, fol. 39r., 18-20)

Inegavelmente as duas segundas formas ‘arrebatado’ e ‘alcãçar’ documentam ocorrência mais atualizada para a época, visto que essas formas vigoram ainda hoje, tendo desaparecido as duas primeiras.

Estas duas conssiirações fazem aalgvas gentes filhar grandes pendenças. Este temor he chamado começauell Porque he começo de sabedoria que de todas as cousas leixa omall Efilha obem (Cod. Alc. 199, *olim* 276, fol. 53v., 22 – 54r., 1-3)

Estas duas conssyrrações fazem algũas gentes tomar grandes pendenças este temor e chamado começauell por que e comeco dessabedoria que detodas as cousas leixa omal etoma obem (Cod. Alc. 214, *olim* 275, fol. 40r., 19-22)

Cabe a mesma observação do item anterior: ‘tomar’ substituiu historicamente ‘filhar’.

Temor fillial he quamdo homem teme *deus* nõ com medo de seudano Nem <cõs *perança*> de seu proueito. Ou doutra alghua condiçom que possa sayr naquelle que teme mes pollas condições daquelle que homẽ teme. Assy como quando homem ama hua pessoa Errecea dea asanhar pollo amor quelhe ha (Cod. Alc. 199, *olim* 276, fol. 54r., 9-14)

Temor filliall e quãdo homẽ teme *deus* nõ com temor deseudano nõ de seu proueyto nõ doutra alghũa coussa que posa cair *que* teme mas pollas comdicões daquelle que homẽ teme assy como quando homẽ ama hũa pessoa E arrecea deassanhar pollo amor *que* lhe tem (Cod. Alc. 214, *olim* 275, fol. 40v., 2-7)

Neste caso, cada um dos itens lexicais selecionados comporta comentário específico. Observa-se que se mantêm ainda hoje as formas sinônimas ‘medo’ e ‘temor’; já ‘condiçom’ e

‘coussa’ não são propriamente sinônimos, mas no contexto se substituem, o que seria possível ainda hoje. A forma protética ‘arrecea’ enriquece a lista em que entram ‘alembiar’, alevantar, ‘alinpar’, ‘avoar’ e tantos outros muito freqüentes na língua medieval, e muito conservados no Brasil. Quanto ao emprego dos verbos ‘ter’ e ‘haver’, Mattos e Silva (1996, 181-192) aponta para a expansão de ‘ter’ sobre ‘haver’ como estruturas de posse AM (bens adquiríveis materiais) para a posse AI (bens ou qualidades adquiríveis imateriais) e daí para, por fim, atingir a posse QI (ou seja, qualidade inerente, não transferível, do possuidor). Esse dado particularmente mostra uma ocorrência de ‘ter’ como alternativa a ‘haver’, para a posse AI, ou mesmo muito próxima do QI.

Disse huñ sancto hũa uegada e esto mety eu ben e puge en meu coraçom (Cod. Alc. 461, *olim* 771, *olim* 270, fol. 24v., 14-15)

Disse huñ sãcto hũa uegada e esto puge eu ben e firmey ã meu coracõ (Cod. Rio, 19v., 17-18)

Mais do que uma alternância lexical: ‘mety’ por ‘puge’ e ‘puge’ por ‘firmey’, observa-se uma substituição de expressões: ‘esto mety eu bem’ por ‘esto puge eu bem’ e a seguir: ‘puge en meu coraçom’ por ‘firmey e) meu coracõ’.

E çercado daltos muros dobres de discreçom de fora. e guarnydos de boas beestas e cadrellos pera defendellas fossas (Cod. Alc. 199, *olim* 276, fol. 55v., 18-20)

e cerquado daltos murros dobrados de descricam de fora e guarnidos de boas bestas e ssetas pera defemder as quauas (Cod. Alc. 214, *olim* 275, fol. 41v., 20-23)

Esta mesma passagem de dois códices é particularmente interessante do ponto de vista lexical porque documenta camada lingüística que se sucede muito rapidamente, ao mesmo tempo em que mostra evolução semântica em função do desaparecimento de uma realidade contextualizada. O códice 214 traz os vocábulos mais antigos, enquanto o 199, os mais modernos. O primeiro dos quatro vocábulos apagou-se na língua, os outros três conservam-se, não apenas na acepção que designa objeto de uma realidade histórica, como nas novas acepções que a evolução semântica lhes reservou.

A Demanda do santo Graal (Cod. 2594 da BNV)

pesar tã grande *que* nō seedes y tã sãão como <já> outra uegada suestes (116 v.)

Eestor *e* persiual *que* o ja outra uez virã *e* *queriam* ueer antre tam gram companhia (3 v.)

ca muytas uezes ouvyra ja ende ella falar (11 r.)

porque ella *queria* saber auerdade del *perguntou* outra vez *e* *diselhe* (11 r.)

er chamouu outra vez mais alta uoz ca antes (22 r.)

Livro de Isaac

Disse huñ sancto hũa uegada *e* esto mety eu ben *e* puge en meu coraçom (Cod. Alc. 461, *olim* 771, *olim* 270, fol. 24v., 14-15)

Disse huñ sãcto hũa uegada *e* esto puge eu ben *e* firmey ã meu coracõ (Rio, 19v., 17-18)

Na *Demanda do santo Graal*, ‘uegada’ é um hapax, isto é, ocorrência única em todo o texto. Inegavelmente é um item lexical que documenta camada lingüística mais antiga, muito provavelmente do tempo da tradução da Post-Vulgata em Portugal. Em todas as outras ocasiões, ocorre a forma mais recente: ‘vez’ e ‘vezes’. Nessa única ocorrência, percebe-se que o

significado equivale a ‘outrora’, ‘em outra ocasião’, que aliás, é o mesmo que se identifica no *Livro de Isaac*, na mesma ocorrência nos dois códices: ‘alguma vez’, ‘outrora’. Nos dois testemunhos do *Livro de Isaac*, não se trata de hapax da forma ‘uegada’, mas ‘vez’ e ‘vezes’ são mais freqüentes.

Assim, no fol. 3 v. da *Demanda*, ‘outra uez’ tem o mesmo sentido de ‘em outra ocasião’, ‘outrora’, já no fol. 11 r.: “ca muytas uezes ouvyra ja ende ella falar”, ‘muytas uezes’ equivale a ‘com freqüência’, ‘freqüentemente’, enquanto que nas duas últimas ocorrências, fol. 11 r.: “pero porque ella queria saber auerdade del perguntouo outra vez e diselhe” e fol. 22 r., em que a palavra se segue a verbo, o significado é ‘novamente’, ‘de novo’.

Embora, de passagem, cabe aqui um comentário de Semântica. O advérbio ‘novamente’, ele mesmo, ocorre em maior número de vezes na *Demanda do Santo Graal*, com a acepção de ‘recentemente’, ‘ultimamente’, ‘recente’. Irene Freire Nunes (Nunes, 1995, 561), baseada na informação de Ramon Lorenzo, aponta para a acepção de ‘de novo’, buscada no *Glossário da Cronica Troiana* (Lorenzo, 1977, 907), Como se pode constatar, ocorre uma evolução semântica para a acepção moderna, ‘de novo’, que o códice da *Demanda* portuguesa de Viena documenta. Apenas para conferir, seguem dois exemplos:

Equando chegarom aa seeda perigosa acharõ i letras novamente fectas que diziam (2 v.) (leiteiro recentemente feito)
 Reyartur que era e)tom meny)o e que reynaua noua me)te andaua caçãdo aquel dia (104 r.) (havia pouco reinava / recentemente reinava)

Os casos aqui arrolados procuram documentar variação entre copistas medievais. Não temos gravação de como a cópia teria sido lida em voz alta, embora saibamos que os

códices, para além da leitura ocular, visavam principalmente à veiculação do conhecimento de oitiva, como se reitera ao longo de inúmeras referências ao público, como esta: “Segundo o que já ouvystes desuso”, na *Crónica Geral de Espanha* (Cintra, vol. II, p. 176, 1), todas comuns nos códices medievais, equivalentes a “como ouvistes acima”, “como antes ouvistes”, havendo mesmo no *Nobiliário do Conde D. Pedro de Barcellos* (*Portugaliae Monumenta Historica*, IV, 230-390) referência ao ‘lugar de boa ouvida’, o que revela a função da leitura e o interesse em se ouvir bem, sem se perder muito. Como não há gravação fica de fato, teoricamente, difícil justificar algum tipo de variação dialetal, mas não se descarta a possibilidade de determinadas formas apontarem nessa direção. Em apenas um caso, entre os códices que servem de fonte para os exemplos, encontra-se uma preciosa informação escrita que talvez fundamente alguma hipótese nesse sentido.

Se, para tratar de alternância lexical, houve necessidade de oito itens, ao longo dos quais foi necessário alto número de citações, para o trabalho fonológico, observa-se que um único item é capaz de fornecer número suficiente de casos extremamente ricos. Sob esse aspecto, é forçoso reconhecer que a fonologia, além de inúmeros outros predicados, é econômica.

os

pouco aproueitou aaquella beguyna oque dessy rreuellou
 Mes aproueita aNos que ho ouuymos que podemos hi filhar
 emxenplo. (Cod. Alc. 199, *olim* 276, fol. 3r., 14-16)

pouco aprouvjto aquella begujna hoque dessy rreuellou
 mas aprouvyta anos que ho ouvimos que podemos disto
 tomar em xemplo (Cod. Alc. 214, *olim* 275, fol. 3r., 6-8)

As divergências que a mesma passagem de um mesmo texto reúne em dois testemunhos associam a uma riqueza de

dados fonológicos, problemas de natureza grafemática, que se vinculam estreitamente à fonologia, e há também dois itens lexicais, provavelmente resultantes de uma atualização da linguagem por parte do segundo copista, além de três itens sintáticos. Como convém dentro do tópico dos aspectos fonológicos, começa-se por fonologia.

Por serem ocorrências do mesmo verbo, juntam-se as formas do perfeito, ‘aproueitou’ / ‘aprouvjtou’ e as do presente, ‘aproueita’ / ‘aprouvyta’. De interesse grafemático, registra-se a equivalência dos grafemas – i –, – j –, leia-se ‘í’ longo, e – y –, embora a variação fonológica obrigue a distinguir nos dois últimos o valor de vogal, enquanto o – i –, nas duas formas do códice 199, tem valor de semivogal. Observa-se o alongamento da vogal – o –, por influência do fonema labiodental sonoro – v –, nas duas formas ‘dialetais’ do códice 214. Ousa-se afirmar variação dialetal, levando-se em conta as informações da página de rosto de cada testemunho do *Castello Perigoso*. É apresentado como copista do códice 199 “Frei Frutuoso, monge alcobacense natural de S. Pedro do Sul”, e do códice 214, “Fr. Vitorio de Braga”. Trata-se de informação posterior à edição de *Bibliotheca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado, cujo primeiro volume saiu em 1741 e o último, o quarto, em 1759, porque no códice 199, a folha de rosto se encerra com uma referência ao modo como essa obra registra a existência do *Castello Perigoso*. A essa redução do ditongo – ei – à vogal – i –, ‘aproueitou’ / ‘aprouvjtou’ e ‘aproueita’ / ‘aprouvyta’; grafada em ‘í’ longo ou em ‘y’ e ao alongamento da vogal – o – no ditongo ‘ou’, acrescenta-se mais um dado que reforça a hipótese de duas formas ‘dialetais’: no códice 199, de que se declara que foi escrito por um monge de procedência de S. Pedro do Sul, a adversativa ‘mas’ é grafada invariavelmente ‘mes’, enquanto que no códice 214, de que se declara que foi escrito por um monge de procedência de Braga, a adversativa é invariavelmente ‘mas’. No item 1.3., “mes uou sempre” / “mas uou senpre”, já ocorreu essa variação da adversativa. Levanta-se aqui uma outra hipótese, a de a for-

ma “mes” poder associar-se à pronúncia mas, sulista de origem.

A possibilidade de confirmação da primeira hipótese recebe um reforço com as formas ‘ouuymos’ / ‘ouvimos’, variação grafemática entre – u – e – v – perfeitamente coerente com a que se dá nas formas ‘aproueitou’ / ‘aprouvtou’ e ‘aproueita’ / ‘aprouvyta’, em que o segundo – u – tem seu valor consonantal confirmado porque passa a ser grafado – v – . Com relação às palavras ‘beguyna’ / ‘begujna’, em que a segunda forma confirma idêntico emprego do ‘i’ longo, pode-se perceber confirmação análoga.

Dos dois itens lexicais, um já foi anteriormente tratado, em 1.4, ‘filhar’ / ‘tomar’. O outro, ‘hi’ / ‘disto’, explica-se também como atualização, tradução, o que permite perceber que a forma ‘hi’, assim como suas variantes usuais na época, ‘i’, ‘y’ e ‘hy’ passam, no século XV, por um processo de apagamento. Análogo processo atinge as formas similares ‘en’ e ‘ende’, com exame inicialmente previsto para esta aula, mas que, para não ultrapassar o tempo, fica para outra ocasião.

O item lexical 1.8. ‘vegada’ / ‘vez’, pelo registro da forma mais antiga ao lado daquela que a substitui e se fixa na língua, propicia o exame de um aspecto morfológico análogo que a *Demanda* documenta: o aparecimento da forma adverbial de modo formada pelo sufixo ‘-mente’, ou a gramaticalização do item lexical ‘-mente’ como sufixo formador de advérbio de modo. Embora o testemunho conservado seja do século XV, quando essa formação adverbial já está feita, como se trata de cópia de testemunho anterior, é possível indentificar formas de camadas lingüísticas sucessivas. O processo de formação do advérbio de modo pelo acréscimo do sufixo ‘-mente’

revela-se em ocorrências em que o sufixo ainda não faz fronteira de palavras. Ainda está muito próximo da categoria do substantivo, de onde se origina. Reconhece-o Vasconcellos (1911, 183), quando diz que “em português antigo separavam-se mesmo os dois elementos do advérbio ‘mente’, na sua qualidade de substantivo, e o adjetivo correspondente”, e dá como exemplo ‘cortês mente’, o que de fato ocorre, mas no códice vienense da *Demanda* portuguesa, está ‘cortesamente’, que é um dado que contraria a informação, segundo a qual adjetivos em ‘-es’, na língua antiga não flexionavam no feminino e o advérbio de modo se processava a partir da forma única. Coerentemente o códice registra o feminino flexionado ‘cortesa’, em duas ocorrências: “Eella *que* era muj cortesa recebeo muj bem” (fol. 60 v., d, 2-3); “Ay Senhora bõõa e debõõ donayre e mas cortessa e mais ensinada” (fol. 189 r., b. 13-14). O exemplo clássico com fronteira de palavra nos manuais é: “de booa mente”, com ou sem o intensificador ‘muy’, que a *Demanda* registra,

Eu uos atenderey dise gallaaz muy debõõa mête (16 r.)
 Elle disse *que* hiria debõõa ment (19 r.)
 quãdo vio que eraẽpardeada Edise dona deboamête
 (82 v.)

Há no códice registros com fronteira de palavras e registros sem fronteira de palavras, o que permite deduzir que os diversos copistas, ora registram a forma que o original lhes apresenta, ora atualizam as formas, tal como se verifica com as formas ‘chus’ e ‘mais’, com ‘filhar’ e ‘tomar’, com ‘uegada’ e ‘vez’, entre muitas outras. Os três exemplos abaixo documentam essa flutuação e a seguir listam-se alguns advérbios, com indicação de sua ocorrência.

Efiriu o scudeiro atam sanhudamête *queo* meteo morto ã
 terra (99 r.)

ẽpero ergue[o]se muy uiua mête ca bem uiu *que* lhe era
muy mester (102 r.)

Reyartur *que* era ãtom menõo e *que* reynaua noua mête
andaua caçãdo aquel dia (104 r.)

Observa-se que os três exemplos são formas em que o sufixo se aproxima da forma do adjetivo flexionada no gênero feminino, sendo que na primeira ocorrência forma-se o advérbio por justaposição, enquanto as duas outras fazem a fronteira de palavras. É esse o uso entre as mais de quatro centenas de ocorrências de advérbios de modo em ‘-mente’, no códice. Identificam-se formas de uma camada lingüística mais antiga, que já incluem formação a partir de adjetivo uniforme ou no feminino, como: ‘aleiuosamente’, ‘baldosamente’, ‘chããmente’, ao lado de ‘chãã mête’, ‘conpridamente’, ‘cortesamente’, ‘coytada mête’, ‘doridamente’, ‘febre mête’, ‘feramente’, ‘fremosamente’, fortemente’, ‘humyldosamête’, ‘lealmente’, ‘longadamente’, ao lado de ‘longamente’, ‘malamente’, ‘naturalmente’, ‘nouamente’, perfeytamente’, ‘primeiramente’, ‘solamente’, ao lado de ‘soamente’, ‘tristemente’, ‘verdadeiramente’ e ‘vivamente’; a partir da forma nominal do verbo, participio passado, como: ‘ardidamente’, ‘conhocidamente’, ao lado de ‘conhecidamente’, ‘dõada mête’, ao lado de ‘ẽdoadamête’, ‘ensinadamente’, ‘esconduda mête’, ao lado de ‘escondidamente’, ‘misuradamente’, ‘paridamente’, entre as quais convém distinguir os critérios que documentam a ancianidade, ao lado de formas facilmente identificadas como do século XV: ‘altamente’, ‘certamente’, ‘deslealmente’, ‘abertamente’, ‘esforçadamente’.

Entre as formas de mais alta freqüência, estão: ‘brauamente’, com a variante, ‘brauemente’ (20), ‘longamente’, com a variante, ‘longadamente’ (22), ‘feramente’ (48), ‘verdadeiramente’ (72). Observa-se a fixação de uma forma, no caso das que registram variante, ficando a anterior como documento de camada lingüística da época da tradução, século XIII.

Castilho (1997, 31) explica a gramaticalização como o trajeto empreendido por um item lexical, ao longo do qual ele muda de categoria sintática, reconhecendo como um caso notável a transformação do advérbio latino ‘magis’ na conjunção adversativa ‘mas’.

O códice 2594 da Biblioteca Nacional de Viena documenta não apenas esse processo, mas também a anterior substituição de ‘chus’, proveniente da forma latina ‘plus’ por ‘mais’, igualmente oriunda do latim ‘magis’.

A Demanda do Santo Graal (Cod. 2594 da BNV)

como Senhor dise galuam chus creedes vos aesta donzela
ca a m̃j (10 r.)

e o mais fremoso e o de m̃jhor doayro e o mais desejado e
o mais amado detodos (11 v.)

eram os milhores dous caualeiros *que* nu)ca uira ou eram
os chus sandeuos (39 r.)

nom ha hi mais de dous treitos de beesta (23 r.)

Quando tornauã falleciam ende os chus (54 v.)

Quando os cavalleiros ouvirom esto, fezerom-se afora os
mais daquelles que se queriam provar para saca-la. (3 v.)

Mas ante de crecer o dia o souberom os mais e fezerom-lhi
maior onra ca ante (171 v.)

assi como este conto deusara pois em cima do noso livro
mais chus nom falla em mais desto ora esta uez (60 r.)

O emprego das duas formas ‘chus’ e ‘mais’ convive em situações idênticas às do latim. Associado a um partitivo formado com preposição e numeral, em 23 r., comparativo, em 10 r., “chus ca”, com construção equivalente “mais que”, em 11 v., e também associado a um partitivo pronominal, em 54 v., que também tem sua construção correspondente com a forma mais moderna, em 3 v. e em 171 v.

Muito rica no emprego dessas formas a última citação por registrar a adversativa resultante do processo de gramaticalização, seguida do ‘chus’, advérbio a que se acrescenta o reforço de outro advérbio, desta vez, ‘mais’: “mas mais não fala disto mais agora esta vez”.

Embora seja rica a alternância sintática dentro de testemunho único de um texto medieval, inegavelmente torna-se muito mais flagrante a alternância no confronto de dois testemunhos de um mesmo texto. Assim, começa-se por casos dentro do códice 2594, códice único da *Demanda do Santo Graal*, para depois associar a mesma passagem em dois testemunhos de um mesmo texto.

O primeiro problema que se apresenta é a forma ‘llas’ cliticizada ao verbo em ênclise, sem fronteira de palavra. É um caso muito curioso que merece exame mais acurado. Terá passado despercebido aos editores do *Castello Perigozo* que nunca lhe atribuíram o devido peso.

E çercado daltos muros dobres de discreçom de fora. e guarnydos de boas beestas e cadrellos pera defendellas fossas que sam quatro conssyracões aprimeyra de sua propria naçença Eaynorância de seu estado. e amemória dessua morte. Eançbrança do gram Juizo (Cod. Alc. 199, *olim* 276, fol. 55v., 18-20)

e cerquado daltos murros dobrados de descriçom de fora e guarnidos de boas bestas e ssetas pera defemder as quauas que sam quatro consyracões aprimeyra de sua propria nacença eajnorância de seu estado eamemória desua morte eanembrança dogrande juizo (Cod. Alc. 214, *olim* 275, fol. 41v., 20-23)

Segue-se o trabalho dos editores. Augusto Magne (Magne, 1946, 200) leu:

E o castelo he cercado de altos muros dobres de discriçom de fora e guarnidos de boas beestas e cadrelos pera defendê las fossas, que sam quatro consirações: a primeira, de sua própria nacença, e a inorância de seu estado e a memória de sua morte e a nembrança do gram juízo.

Nuno Júdice (Júdice (1986, 299) leu:

e cercado de de altos muros dobres de discreçom de fora e guarnidos de boas bestas e cadrelos pera defendê-las fossas, que sam quatro consirações: a primeira, de sua própria nacença, e a inorância de seu estado e a memória de sua morte e a nembrança do gram Juízo;

João Antônio de Santana Neto (Santana Neto 1997, 240) leu:

E <o castelo he> cercado d'altos muros dobres de discreçom de fora e guarnidos de boas beestas e cadrellos, pera defende las fossas, que sam quatro consiirações: primeira, de sua próp<r>ia na<s>cença, e a i<g>norância de seu estado e a memória de ssua morte<e> e a nembrança do gram juízo.

A transcrição rigorosa dos dois testemunhos manuscritos e do trabalho dos três editores permite um levantamento muito rico de dados a serem discutidos. No momento, fica-se apenas a forma 'llas' cliticizada ao verbo em ênclise, sem fronteira de palavra, o que torna imprescindível passar antes em revista os demais clíticos em situação análoga com qualquer outra categoria gramatical, tanto para se conseguir os parâmetros de avaliação do *usus scribendi* em cada testemunho manuscrito, como para se perceber os critérios de transcrição dos três editores.

O códice 199, tomado como texto base, *codex optimus*, por Santana Neto, desfaz a fronteira de palavras entre preposição e adjetivo numa aglutinação: ‘daltos’, e sem aglutinação: de boas; entre artigo e numeral ordinal: ‘aprimeyra’; entre conjunção em maiúscula, artigo e substantivo: ‘Eaynorância’, ‘Eanẽbrança’; entre artigo e substantivo: ‘amemória’; entre preposição e possessivo com inicial dobrada: ‘dessua’.

Ao códice 214, além de bom número de fólhos com graves problemas, sendo dez absolutamente ilegíveis, lhe faltam a tá-bua dos capítulos, o prólogo, parte do penúltimo e todo o último capítulo, o que permite *collatio* apenas parcial e em muitos casos, sofrível. Isso, no entanto, não invalida de forma alguma a parte útil de seu texto. Desfaz a fronteira de palavras entre preposição e adjetivo numa aglutinação: ‘daltos’, entre artigo e numeral: ‘aprimeyra’, entre conjunção, artigo e substantivo: ‘eajnorância’, ‘eamemória’, ‘eanembrança’, entre preposição e possessivo: ‘desua’ e entre contração de preposição com artigo seguida de adjetivo: ‘dogrande’.

Diante desse quadro do levantamento de junção de formas cliticizadas, seria de esperar que indistintamente um e outro testemunho pudessem registrar o que ocorre no códice 199: o artigo definido feminino plural cliticizado ao verbo em ênclise, sem fronteira de palavra.

Vejamos o trabalho dos editores. Magne, (1946, 200): ‘pera defendê las fossas,’ e Júdice (1986, 299): ‘pera defendê-las fossas,’ Santana Neto (1997, 240): ‘pera defende las fossas’. O levantamento mostra que nenhum dos três editores dobra a lateral dental intervocálica. Esse dado revela que nenhuma das lições é diplomática, oscilando as três entre semidiplomática ou diplomático-interpretativa. No entanto, não resta qualquer possibilidade de a forma ‘las’ ter sido considerada por algum dos editores como pronome oblíquo feminino de terceira pessoa do singular. Para que se pudesse cogitar dessa hipótese, o editor teria que ter feito alguma intervenção no período, inserindo um tópico que justificasse a deslocamento à esquerda, como objeto

direto, intervenção que nenhum dos três editores ousou fazer. Por outro lado, seria normal a cliticização do artigo ao substantivo, sem fronteira de palavras, conforme se observou que ambos os testemunhos manuscritos praticam habitualmente, mas novamente nenhum dos três editores ousou deslocar o artigo 'llas' para uma junção com 'fossas' ou com 'quavas'. Conclui-se, portanto, que os três reconhecem nessa forma o artigo definido feminino plural cliticizado ao verbo em ênclise sem fronteira de palavras no testemunho do códice alcobacense 199, que é determinante de 'fossas' (199) e de 'quauas' (214).

Quem estudou o emprego de consoantes geminadas em seu mestrado foi Sílvio de Almeida Toledo Neto: "Variação grafemática consonantal no *Livro de José de Arimatéia* (Cod. ANTT 643)", tendo incluído entre as consoantes estudadas a lateral dental como se apresenta nesse artigo 'llas', seja na posição inicial, seja como intervocálica, tendo ido além, ao identificar a realização velar, antes de consoante em final de sílaba ou em final de vocábulo. Toledo Neto encontrou a lateral dental geminada com freqüência de 23,5% em oposição a 76,5% para a simples, num total em que ambas perfazem 3880 ocorrências. Trata-se, pois, de um dado relevante na medida em que a verificação grafemática é um bom princípio para se perceber desdobramentos posteriores que atingem a fonologia, a morfologia e a sintaxe.

Ca algũas uegadas em lugar de uerdade som uistas algũas
fantasias (Cod. Alc. 461, *olim* 771, *olim* 270, fol. 16v, 10-11)

que algũas uezes ã lugar de uerdade e de virtudes algũas
fantasias som uistas (Rio, 10r., 9-10)

Na voz passiva, a mesma passagem de dois testemunhos diferentes faz a inversão Verbo – Sujeito: "som uistas algũas fantasias" / "algũas fantasias som uistas". Não se tra-

ta de recurso estilístico, é propriamente, como lembra Ilza Ribeiro (1996, 52), posposição do sujeito, ou inversão livre, ou ainda inversão românica. Conforme justifica a sintaticista, “diferentes tipos de constituintes que”, no caso, não ocorrem entre Verbo e Sujeito, mas “se antecipam, dão origem a ordem diversa”. Observa-se que, na segunda ocorrência, o constituinte mais próximo ao sujeito recebe um reforço de mais um componente, “e de virtude”, ao mesmo tempo em que o sujeito, além de SN pesado, em seu conteúdo fonológico, tem proeminência no discurso.

*Quando te deus der poder que penses penssa e consijra
as cousas que som de pensar e de consijrar Nom te mouas
contra os misterios e segredos de deus mais adora e glori-
fica o senhor e caladamête lhe da graças (Cod. Alc. 461,
olim 771, olim 270, fol. 16v., 2-5)*

*Mais quando te deus der poder que penses estonce as
cousas pensadeiras pensa e nôte te mouas cõtra os segre-
dos de deus mais adora e glorifica e cala e da mente faze
graças <adeus> (Rio, 10r., 1-4)*

A citação da mesma passagem em dois testemunhos diferentes permite verificar uma inversão verbo objeto de um códice para objeto verbo no outro:

*entom penssa e consijra as cousas que som de pensar e
de consijrar
estonce as cousas pensadeiras pensa*

É muito interessante esta passagem porque de um testemunho para o outro, ao mesmo tempo que se mantém a

coordenação, flagra-se uma comprovação inequívoca da procedência do sufixo ‘-mente’, assunto tratado no item 3.1.

mais adora *e glorifica* o senhor *e caladamête* lhe da graças
mais adora *e glorifica e cala e da mente* faze graças <adeus>

Openssamêto enuolto enpeccados non pode *esquivar*
oluidamêto *e assabedoria* nom *quer* abrir atal assuas portas
(Cod. Alc. 461, *olim* 771, *olim* 270, fol. 20v., 15-17)

Openssamêto *que* he em uolto em peccados nã pode
esqueecimento <deles> *esqujvar e asabedoria* nã *quer*
aqueste abrir as suas portas (Cod. Rio, 14v., 15-17)

Ocorre a inversão da ordem Verbo – Objeto, a locução verbal “pode *esquivar*” recebe entre a forma finita e a infinitiva o objeto, num caso de alternância lexical. A alternância lexical ‘esqueecimento’ por ‘oluidamêto’ provoca o reforço ‘<deles>’ que se insere junto ao objeto, seguindo-se a forma infinitiva.

non pode *esquivar* oluidamêto
nã pode esqueecimento <deles> *esqujvar*

O primeiro códice mostra o objeto indireto por meio da preposição ‘a’, que vem colada no indefinido ‘tal’, mas o outro códice omite a preposição diante do demonstrativo ‘aqueste’. Análoga presença da preposição colada a outro indefinido acontece no item 1.4., “fazem aalgvas gentes filhar” / “fazem algvas gentes filhar”, com a diferença se que se trata do sujeito, e aqui, do objeto indireto:

e assabedoria nom *quer* abrir atal assuas portas
e asabedoria nã *quer* aqueste abrir as suas portas

A Demanda do Santo Graal (Cod. 2594 da BNV)

e beueo daquela agoa da ffonte (31 v.)

e tolhera seu scudo e sua lança e seu elmo e beuja daagoa.
(47 v.)

E livrou tam bem a camara delles, que a pouca de hora
nom ficou i outrem afora elles anbos e o corpo da donzella
(38 v.)

e fezeram tanto em pouco de ora (104 v.)

ũ homem som que muito vivi e ouve muito trabalho e mui-
ta coita e pouco de bem. (141 r.)

Livro de Isaac

consume e gasta asua propria vida e nõ sente seu dâpno
por hũũ pouco de prazer e dulcidom que ha em hũa ora
(Rio, fol. 93 r., 21-22)

se nom tom<a>mos hũũ pouco de cuydado (Rio, fol. 17
r., 9)

Hũa nũue pequena cobre osol aynda que seia muy claro e
hũa pouca de tresteza cobre aalma (Cod. Rio, fol. 93 r., 93
v.)

São todas passagens em que se verifica a preposição que codifica a noção de partitivo com sua respectiva evolução: “um pouco de”, “em pouca de”, “em pouco de”, dado revelador de uma fase de convivência das formas, sendo que o progressivo avanço da segunda praticamente elimina a simples preposição como identificadora do partitivo.

Na introdução, ao mencionar o desdobramento em corolários de uma nova perspectiva do trabalho filológico, ficou lembrado que as variantes praticamente desaparecem no aparato crítico, tornando-se oficial a lição estabelecida que é a

que mais se difunde em edições despidas de aparato. Segue-se, então, que adquire renovado interesse a edição de cada testemunho. Seria mesmo desejável que essa edição individual precedesse sempre a edição crítica, com o espaço de tempo necessário para que os periódicos especializados propiciassem sucessivas críticas a cada trabalho. Essa crítica que é usual em periódicos estrangeiros, infelizmente ainda não é parte dos hábitos nativos, e faz muita falta, obrigando o editor a sucessivas correções parciais ou o que é pior, à perpetuação dos erros.

Faraco (1991), ao comentar a análise da variação em textos históricos, uma das cinco áreas de estudo sistematizadas por Weinreich, Labov e Herzog (1968), reconhece o quanto esse trabalho “é valioso indicador de uma fase de mudança em progresso no passado e, portanto, pode contribuir para a delimitação de fases intermediárias, iluminando o problema da transição”. E enumera entre as tarefas a se executarem: “deprender variações na grafia e na estrutura de textos antigos ou mesmo correções em manuscritos do passado”.

Ora, o que se pretendeu fazer foi exatamente essa análise que se terá dado por bem paga se tiver conseguido trazer alguma contribuição para a História da Língua e para a Lingüística Histórica com alguns dados de convivência de formas e subsequente fixação de uma delas, com hipóteses sobre variação dialetal, com exame de casos raros e com exemplos que alertam para os riscos que provocam edições homogeneizadoras.

As variações que se depreendem e as correções que se impõem configuram como resultado do exame do processo de mudança, a que convém associar, sempre que se pode contar com apoio seguro, as marcas dialetais. São esses os novos parâmetros do trabalho filológico exigidos pelo estudo lingüístico que só se justifica sobre um *corpus* fidedigno gerado pela Filologia. Os efeitos se fazem sentir no conhecimento científico da Lingüística Histórica.

Os novos parâmetros e seus efeitos benéficos conduzem à conclusão de que, a cada vez que se procede a uma análise rigorosa, torna-se progressivamente mais acolhedora a perspectiva da heterogeneidade natural da língua que, por sua vez, exige uma nova gramática em que não há lugar para abstração.

- BERARDINELLI, C. e Castro, I. *Defesa da edição crítica de Fernando Pessoa*, Lisboa, 1993.
- CASTELLO PERIGOZO, Cod. Alc. 199, *olim* 276, Biblioteca Nacional de Lisboa.
- CASTELLO PERIGOZO, Cod. Alc. 214, *olim* 275, Biblioteca Nacional de Lisboa.
- CASTILHO, A.T. A Gramaticalização, *Estudos Lingüísticos e Literários*, 19, 25-64, Salvador: UFBA, 1997.
- CINTRA, L. F. L. *Cronica Geral da Espanha*, ed. crítica, Lisboa, Imprensa Nacional, 1951-1990.
- _____. *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*, ed. crítica, Lisboa, Imprensa Nacional, 1959.
- _____. (1983), *Estudos de Dialectologia Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa.
- CUNHA, C. F. *O Cancioneiro de Joam Zorro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1949.
- FARACO, C. A. *Lingüística Histórica*, São Paulo: Ática, 1991.
- GAMBOA, M. O til e o -n- intervocálico na linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo, dissertação de mestrado inédita, São Paulo, USP, FFLCH, 1994.
- HOUAISS, A. *Elementos de Bibliologia*, Rio de Janeiro: INL, 1967.
- JÚDICE, N. *Castello Perigoso*. In: Godinho, H. *Prosa Medieval Portuguesa*, Lisboa, Comunicação, p. 295-301, 1986.
- LEÃO, D. N. de. *Origem e orthographia da língoa portugueza*, Lisboa, Typographia do Panorama, 1864.
- LIURO DE ISAC, Cod. Alc. 461, *olim* 771, *olim* 270, Biblioteca Nacional de Lisboa.
- LIURO DE ISAC, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- MACHADO, D. B. *Bibliotheca Lusitana*, Oficina de Ignacio Rodrigues, Lisboa, 1741-1759.

- MAGNE, A. Castello Perigozo, *Revista Filológica*, v. 4, p. 183-202, Rio de Janeiro, 1942.
- _____. *Revista Filológica*, v. 5, p. 81-87, Rio de Janeiro, 1942.
- _____. *Boletim de Filologia*, v. 2, p. 116-123, 233-238, 345-353, 458-469, Rio de Janeiro, 1945.
- _____. *Verbum: Boletim de Filologia*, v. 2, p. 116-123, 233-238, 345-353, 458-469, Rio de Janeiro, 1946.
- _____. *Verbum: Boletim de Filologia*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 79-89, 191-201, 298-307, 1946.
- _____. *A Demanda do Santo Graal*, ed. fac-similar, Rio de Janeiro: INL, 1955-1967.
- MARQUILHAS, R. Importância das fontes judiciais no conhecimento do português seiscentista”, *Estudos Lingüísticos e Literários*, 19, p. 163-178, Salvador: UFBA, 1996.
- MATTOS E SILVA, R. V. “A variação haver/ter”, in: R. V. Mattos e Silva (Org.), *Carta de Caminha testemunho lingüístico de 1500*, Salvador, UEFS, EDUFBA, Empr. Gráfica da Bahia, p. 181-193, 1996.
- MENEGAZ, R. *Livro de Isaac*, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 1994.
- METTMAN, W. *Cantigas de Santa Maria*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia, 1981.
- NUNES, I. F. (1995), *A Demanda do Santo Graal*, ed. crítica. Lisboa: Imprensa Nacional
- NOBILING, O. *As Cantigas de Joam Garcia de Guilhade*, Erlangen, K.B.U.B. Jungen & Sohn, 1907.
- Nobiliário do Conde D. Pedro de Barcellos, Portugaliae Monumenta Historica*, vol. IV. *Scriptores*, Lisboa: Academia Real de Ciências, p. 230-390, 1759.
- RIBEIRO, I. “A ordem dos constituintes” in: R. V. Mattos e Silva (org.), *Carta de Caminha testemunho lingüístico de 1500*, Salvador, UEFS, EDUFBA: Empr. Gráfica da Bahia, p. 27-62, 1996.
- SANTANA NETO, J. A. “Duas leituras do tratado ascético místico *Castello Perigozo*”, dissertação de mestrado inédita. São Paulo: USP, FFLCH, 1997.
- SPINA, S. *Introdução à Edótica*, São Paulo: Cultrix, 1977.
- Toledo Neto, S. A. “Variação grafemática consonantal no *Livro de José de Arimatéia* (Cod. ANTT 643), tese de doutoramento inédita. São Paulo: USP, FFLCH, 1995.
- VASCONCELLOS, J. L. *Lições de Philologia Portuguesa*, Lisboa: Livr. Clássica Ed, 1911.
- WEINREICH, U. LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical foundations for a theory of language change”, Lehmann, W. Malkiel, Y. *Directions for historical linguistics*, Austin, University of Texas Press, p. 95-188, 1968.